

A ESCOLA DA MINHA INFÂNCIA: HISTÓRIA, MEMÓRIA E EDUCAÇÃO

Magda Sarat
Departamento de Pedagogia
UNICENTRO, Guarapuava, PR/Doutoranda UNIMEP, SP

Resumo: “Quero trazer à memória o que me pode dar esperança”. Essa frase, recolhida dos antigos escritos do profeta Jeremias, retrata uma possibilidade de lembrar experiências que possam dar continuidade à vida. A nossa memória é seletiva e nos faz lembrar acontecimentos que, por alguma razão, foram significativos e marcaram nossa existência num determinado período. A possibilidade de trabalhar com a memória ou com reminiscências torna-se uma alternativa interessante, rica e que pode ser ampliada pela construção de fontes documentais a partir de relatos orais e histórias de vida. O objetivo, aqui, é contar histórias relacionadas à educação formal e às experiências educacionais vividas na escola por cinco personagens que foram entrevistadas durante a pesquisa. O período caracterizado será a primeira metade do século XX, tempo em que essas personagens foram crianças e estiveram freqüentando a escola. No momento em que as entrevistas foram realizadas – ano de 1998 – as idades das pessoas variavam entre 50 e 90 anos. A opção metodológica do trabalho foi a história oral, por acreditarmos que pessoas anônimas, sem projeção social, às vezes excluídas em determinados grupos, também constroem e são construídas pela história, fazendo parte de um momento histórico específico.

Palavras-chave: história oral, educação, criança, memória.

Abstract: “I want to bring back to memory what can give me hope.” That sentence, picked up from the old works by prophet Jeremiah, portrays a possibility of recalling experiences that can give continuity to life. Our memory is selective and makes us remember events that, for some reason, have been significant and marked our existence in a certain period. The possibility to work with memory or with reminiscences becomes an interesting and rich option – an option that can be enlarged by the construction of document sources based on oral reports and life histories. The intention, here, is to tell stories related to the formal education and to the educational experiences lived at school by five characters whom I interviewed during a research. The

characterized period will be the first half of the XX century, a time in which those characters were children and went to school. When I accomplished the interviews – in the year of 1998 – those people’s ages varied between 50 and 90 years. The methodological option to the work has been the oral history, for I believe that anonymous people, without social projection, sometimes excluded by many a group, also build and are built by history, therefore being part of a specific historical moment.

Key-words: oral history, education, children, memory.

“Quero trazer à memória o que me pode dar esperança.”

Essa frase, recolhida dos escritos do profeta Jeremias, retrata uma possibilidade de lembrar experiências que possam dar continuidade à vida. Entretanto ela aparentemente nega o caráter seletivo da memória, pois traz à tona não somente o que dá a esperança – sonhada e desejada pelo profeta em dias difíceis, mas tudo aquilo que conseguimos guardar no decorrer dos anos e que retorna nos momentos em que dele precisamos.

A memória é seletiva (HALBWACHS, 1990) e nos faz lembrar de acontecimentos vividos que, por alguma razão, foram significativos e marcaram nossa existência num determinado período. A possibilidade de trabalhar com a memória ou com reminiscências torna-se uma alternativa interessante e rica, quando ampliada pela construção de fontes documentais a partir de relatos orais e histórias de vida.

Assim, considerando a importância das lembranças na constituição da história de vida de cada um e a história de vida como possibilidade de entender um momento histórico, este trabalho é um recorte de uma pesquisa com história oral, realizada durante meu curso de mestrado¹.

O objetivo aqui é contar histórias relacionadas à educação formal e às experiências educacionais vividas na escola por cinco personagens² que foram entrevistados durante a pesquisa. O período caracterizado será a primeira metade do século XX, tempo em que essas personagens foram crianças e estiveram frequentando a escola. No momento em que as entrevistas foram realizadas – no ano de 1998 – as idades das pessoas variavam entre 50 e 90 anos.

¹ A pesquisa fez parte do meu trabalho de dissertação de mestrado intitulado “Lembranças de infância: que história é esta?” defendida na Universidade Metodista de Piracicaba/UNIMEP.

² Os personagens desta história são Dona Jair, 90 anos; Seu Obede, 81 anos; Seu Hélio, 70 anos; Dona Terezinha, 60 anos e Dona Maria Helena, 50 anos. Utilizo seus nomes com autorização de cada um, conforme os procedimentos da pesquisa. Utilizo ainda, seu e dona como pronome de tratamento, pois foi assim que nos relacionamos e acredito ser mais próximo e estreitar os laços de tratamento.

A opção metodológica do trabalho foi a história oral, por acreditar que pessoas anônimas, sem projeção social, às vezes excluídas por determinados grupos, também constroem e são construídas pela história, fazendo parte de um momento histórico específico.

A história oral surge como possibilidade de trazer à tona e registrar o que há muito tempo as pessoas sabiam, falavam e vivenciavam. Essa possibilidade se dá por intermédio de suas histórias pessoais e das relações estabelecidas com a sociedade por esses que só agora são convidados a contribuir com suas experiências para refletirmos sobre determinados períodos. Além disso, quero concordar com Ferreira Gullar, que, fazendo poesia, nos inspira e expressa o que acreditamos:

A história humana não se desenrola apenas nos campos de batalha e nos gabinetes presidenciais. Ela se desenrola também nos quintais entre plantas e galinhas, nas ruas de subúrbios, nas casas de jogos, nos prostíbulos, nos colégios, nas usinas, nos namoros de esquinas. Disso eu quis fazer a minha poesia. Dessa matéria humilde e humilhada, dessa vida obscura e injustiçada, porque o canto não pode ser uma traição à vida, e só é justo cantar se o nosso canto arrasta as pessoas e as coisas que não têm voz. (apud VIEIRA et al, 1995, p.12).

Buscando uma história que se constrói em torno de pessoas, dentro da comunidade (THOMPSON, 1992), me lancei à tarefa de desvendar alguns aspectos da educação vivida por esses cinco personagens.

As pessoas convidadas a falar foram escolhidas devido ao interesse em ouvir experiências de adultos falando de sua própria infância. Essas pessoas tinham idades diferentes, seus nascimentos tinham ocorrido em décadas diferentes, compreendendo a primeira metade do século passado. Além do critério idade, optei pela diversidade de pessoas e experiências. Assim, foram homens e mulheres vivendo a infância com a família em vários lugares, tanto no campo como na cidade, com grau de escolaridade diferenciado, desde a aquisição dos rudimentos da leitura e escrita até a conclusão do curso superior, e situação sócio-econômica, cultural e religiosa diferenciada. O que todos tinham em comum era o fato de terem sido crianças e terem passado a infância – período de construção de conceitos – ligados a um determinado grupo social, estando no presente a integrar a chamada terceira idade.

Lembrar-se da escola foi lembrar-se de um tempo diferenciado para cada autor. Nesta história, os depoimentos foram refletindo as particularidades de cada comunidade e de cada momento histórico. Assim, se pensarmos na imagem construída em torno da escola como o “templo do saber” e do conhecimento formal importante para todos os povos, esse aspecto mostra sinais de que não foi assim em todas as famílias e grupos comunitários. Contudo, todos passaram um período de sua infância na escola. Esses períodos caracterizam-se por terem sido curtos ou longos, mas também por terem deixado marcas. As marcas estão expostas, como sangramentos de feridas abertas, nos relatos e só podem ser percebidas a partir de uma disposição metodológica do ouvir. Um

ouvir longo, demorado, interessado, curioso, às vezes emocionado, de cada história de vida.

Nesse exercício do ouvir esteve presente o falar do outro e o desejo de ser compreendido. Sinto não poder trazer para o papel – e me prender à limitação das palavras e do texto – toda a emoção presente na voz de cada um. Emoção na voz embargada, nos risos discretos, nas risadas sonoras, nos suspiros, nas lágrimas que rolaram, na voz que se alterou em momentos de maior ênfase, no sussurro ao lembrar uma tristeza ou decepção. Enfim, a vida que moveu as vozes e gestos. Gestos empolgados, a fala de mãos trêmulas ou firmes, o dedo em riste explicando certas passagens, o fechar dos olhos para lembrar-se de algo e, ainda, as lembranças mostradas em móveis antigos, fotografias da família, objetos guardados ao longo do tempo, retratos de um tempo e de um passado que só vem por meio da memória, dando esperança de continuar a vida – ou seja, detalhes só possíveis por meio da história oral.

Ao relatarem suas experiências, as pessoas, em diversos momentos, enfatizam alguns acontecimentos, atribuindo maior ou menor relevância a eles. A escolha dos aspectos mais relevantes oscila de acordo com as vivências e concepções de cada pessoa. Assim, alguns fatos poderiam ser omitidos ou acrescentados no decorrer do relato, de acordo com o que a pessoa considerava que poderia ser dito. Posso dizer, como BOSI (1994, p.37): “Nosso interesse está no que foi lembrado, no que foi escolhido para perpetuar-se na história de sua vida”.

Nesse contexto, pode-se aparentemente cair na armadilha de enfatizar determinadas informações, por estas parecerem mais coerentes ou mais dignas de crédito. Esclareço que, mesmo tendo conhecimento da questão polêmica com relação à veracidade e credibilidade das fontes orais, ainda prefiro me inspirar em PORTELLI (1979, p.2), quando diz que “...não existe fonte oral falsa. Fontes orais são críveis, mas com uma credibilidade diferente”. Os erros e enganos são incorporados à interpretação e, muitas vezes, contribuem para enriquecer o relato. Seria assim uma forma de ouvir todas as expressões da comunicação; entre estas se destaca o próprio silêncio que em determinados momentos foi – e é – mais significativo do que a palavra falada.

Considerando essas questões, procurarei dialogar com os personagens, crendo na sua contribuição e na sua experiência, como alternativa para refletirmos sobre o espaço da escola e da educação formal na vida de cada um deles. Inúmeras são as possibilidades de discussão à luz dos relatos; entre elas, a figura do professor, as práticas pedagógicas desenvolvidas, a disciplinarização das crianças, os diferentes espaços físicos como possibilidade de espaço institucional, para mencionar alguns. No entanto, optei, neste texto, por duas questões que se interligam: qual a representação e/ou significado que a escola teve para a família e a criança envolvida? E qual a tempo de permanência dessa criança na escola, além dos fatores que a afastam? Procurei nos relatos elementos que permitiam esclarecer as duas questões, que estão relacionadas e se voltam, principalmente, para a concepção de escolarização de cada família.

A princípio, percebe-se que a escola representou o espaço onde as crianças aprendiam conhecimentos formais que não poderiam ser ensinados em casa. Tais conhecimentos compunham-se da leitura e escrita, resolução de operações matemáticas, aprendizagem da tabuada e conhecimentos sobre história e geografia do Brasil. A maioria dos pais não possuía tais conhecimentos; logo, não poderiam ensinar os filhos em casa.

As escolas caracterizavam-se, para os envolvidos, por serem locais de difícil acesso, especialmente as escolas rurais, quando as crianças tinham que andar muitos quilômetros para chegar até elas. Essa dificuldade de acesso talvez tenha constituído para alguns um impedimento em manter os filhos estudando. Além disso, o tempo gasto para o deslocamento até a escola e os períodos de estudo poderiam ser aproveitados no trabalho agrícola desenvolvido pela família, no qual a criança já estava inserida desde muito cedo.

Não podemos esquecer que falamos de uma escola da primeira metade do século XX. Tal período é, na história da educação, caracterizado por tendências e movimentos que buscam a democratização da escola (o movimento da Escola Nova, de 1932, é um deles), mas que ainda não se concretizaram no país, especialmente nas regiões mais afastadas e na zona rural. Sendo assim, a dificuldade em frequentá-la está presente em todas as histórias, principalmente se considerarmos a questão do acesso à escola.

De qualquer forma, os diferentes espaços, como escola rural, escola urbana, colégios confessionais, professores particulares, constituem as experiências enriquecedoras e marcantes na vida de todos esses meninos e meninas, que, num determinado período, buscaram na escola a oportunidade de entrar em contato com o conhecimento formal, supostamente acumulado pela sociedade ao longo dos anos.

Nesse contexto, marcado por uma diversidade de vivências, a escola será lembrada por alguns a partir de certos elementos: foram as longas distâncias percorridas para se chegar a ela: "...a gente andava três km a pé, pegava um ônibus, andava doze km de ônibus e ia para o grupo"; o cheiro do lanche servido na hora do recreio: "...na hora da sopa, no lanche era uma delícia! Que sopa mais deliciosa! Até hoje eu lembro da sopa da escola!"; as brincadeiras, encontros e desencontros com os colegas: "...eu fui para a escola com oito anos, era bom, gostoso, a gente brincava"; a professora que castigava ao menor sinal de indisciplina: "...a professora era brava, muito brava. Naquele tempo tinha castigo, de ajoelhar no caroço de milho"; o professor que ensinou para as crianças até onde ele sabia: "...aí o professor falou para o meu pai, eu já ensinei para eles tudo o que eu sei, eles já sabem"; as freiras do colégio interno que levavam as meninas para passear aos domingos: "...de vez em quando as freiras levavam a gente no cinema, às vezes de tarde, dar uma passeadinha na cidade, no domingo!"; as americanas do colégio confessional: "...no colégio IMERP – Instituto Metodista de Ribeirão Preto – todas as americanas foram olhar meu enxoval"; a dificuldade para aprender a língua portuguesa na escola: "...aí, a professora foi corrigindo o que a gente escrevia, mas nunca a gente falava certo, sempre falava errado"; enfim, um inventário de vivências possíveis neste espaço que está presente na história de cada um e que a partir de agora, será contada por cada menino e menina que na sua infância viu chegar o momento de ir para a escola.

Nessas lembranças percebe-se que a representação da escola para a família atinge diretamente a criança. As famílias atribuem à escolarização uma valorização diferenciada, ou seja, se para alguns mandar os filhos à escola era o único objetivo a ser alcançado, para outros, ela não significava muito.

Essa representação oscilava entre a valorização e a indiferença, um bem que se buscava adquirir ou um espaço a ser ignorado. Pelos relatos, posso inferir que, se para algumas famílias, ela era vista como possibilidade de melhoria de condições de vida, como espaço eficiente para aprendizagem de conceitos; para outros, ela era indiferente, tornando-se até um problema, pois desviava as crianças do trabalho produtivo desenvolvido pela família.

Os dois relatos a seguir apresentam histórias de valorização da escola e da educação formal, atribuindo-se à escola importância significativa. Dos cinco personagens, apenas dois concluíram a escolaridade.

A história de dona Terezinha (60 anos), é exemplo dessa ênfase dada pela família à formação escolar, como ela nos conta: “Meu pai tinha objetivo de estudar nós, não importasse como. Porque o objetivo de meu pai era que a gente não carpirse café, não fosse roceiro, ele queria que nós estudássemos”.

A escola significava um espaço de aprendizagem de conceitos e conhecimentos que não poderiam ser ensinados em casa pelas famílias, mas também era a possibilidade de mudança de vida, aprendizagem de uma profissão e ascensão social. Neste caso, a preocupação dos pais em cumprir seu objetivo tem uma consequência para a criança que é a separação da família. Os pais conseguem colocar a filha num colégio interno, em outra cidade mais distante; não tendo condições de pagar, negociam, em troca dos estudos, os serviços que a criança faria. Dona Terezinha relata que “...tinha onze anos, meu pai tinha na cabeça que a gente tinha que estudar. Tinha um colégio de freiras numa cidade perto, ele foi lá e falou para a freira que queria que eu estudasse, meu pai era espertinho, mas não podia pagar. Se eu não tinha algum servicinho para fazer, para ficar mais barato o colégio. A freira aceitou. Aí, enquanto no recreio as meninas iam brincar, eu ia varrer classe de aula, eu e uma outra funcionária da escola, a gente varria as classes enquanto as outras brincavam, a gente ia varrendo”.

A possibilidade da escola como perspectiva futura é muito interessante na vida desta pessoa, mesmo com a separação da família, a pobreza, as inúmeras dificuldades de adaptação ao colégio, conforme ela mesmo conta: “...quando eu fui para o colégio eu demorei pra me acostumar, eu chorava a noite e o dia sem parar, queria ir para casa. Uma criança de roça, sair para um colégio onde tudo era diferente. Então eu chorava noite e dia, até que foi indo me acostumei, foi indo eu acostumei”. Contudo, ela posteriormente continua os estudos, faz o magistério (seguindo uma tradição do trabalho feminino para a década de 50), depois o curso de Pedagogia, chega a ser professora primária e diretora de escola, até se aposentar.

Para a família de Dona Jair (90 anos), a valorização da educação formal também é significativa. Sua vida transcorreu sempre na cidade, portanto uma formação

mais urbana; entretanto, há que se considerar o conceito de urbanização do início de século (de 1908 em diante), sendo o acesso à escolarização ainda bastante restrito mesmo nas cidades. No entanto, a família de dona Jair, de tradição protestante, encaminhará todos os filhos e filhas para estudar nos colégios internos confessionais, no caso os colégios metodistas, fundados em diversas cidades do Brasil, no final do século XIX e início do XX. Essa tendência ao internato e à implantação dos colégios internos é realidade na história da educação brasileira em tal período.

Para essa família, a educação formal é de extrema importância, especialmente nos colégios metodistas. Mas a formação também ocorre em âmbito privado, na intimidade da casa. Foi o único caso, nas histórias, em que as crianças, antes de começarem a estudar, já tinham diversas experiências com a educação formal, por conta da formação dos pais. Ela nos conta: “...lá em casa tudo era motivo para ensinar alguma coisa, saía de casa para a escola, da escola para casa, tudo era uma escola.”

Nessa família a educação formal das crianças também foi feita nos colégios, como ela nos conta: “...papai queria muito que a gente estudasse nos nossos colégios, tanto que minha irmã foi interna no colégio IMERP, depois para o Piracicabano. E eu fui para o IMERP, lá no Metodista em Ribeirão Preto. Em Belo Horizonte fomos para o Izabella Hendrix. Então, eu estudei no Bennett, no Rio de Janeiro. Fiz magistério no Bennett.”

A história de dona Jair, como a de dona Terezinha, segue a tradição da profissionalização feminina com opção pelo magistério. Tanto uma como a outra continuaram seus estudos, fizeram curso superior e aposentaram-se como diretoras de escola. Essa possibilidade de ascensão social e de profissionalização da mulher segue a tendência histórica da feminização do magistério, pesquisada por diversos autores, entre eles LOURO (1997), TANURI (2000), TAMBARA (1998) e CATANI (1997, 2000).

Se, para essas famílias, a educação formal representava um bem ou um valor a ser conquistado, para outras famílias a conquista estava associada ao cotidiano e à sobrevivência junto com os filhos. É possível dizer que, nas outras histórias, a educação representa pouco. Os outros personagens são: seu Obede (81 anos), seu Hélio (70 anos) e dona Maria Helena (50 anos). A presença do trabalho precoce é muito significativa e acaba determinando a direção e a vida profissional dessas pessoas.

Para a família de seu Hélio (70 anos), a educação formal foi restrita, mas ainda se atribui a ela certa relevância, como ele nos conta: “...eu fui para a escola com oito anos, a gente chegou a morar dois anos na cidade, nesse período a gente estudou na escola, na cidade. Aí, depois mudamos. No sítio não tinha escola, aí meu pai arrumou um professor particular no sítio.”

O tempo de escolarização de seu Hélio foi bem curto. Aprendeu a ler, a escrever e a realizar algumas operações matemáticas. Nessa família, a maioria dos filhos se envolveu com o trabalho na agricultura. Ele trabalhou sempre no campo, com lavouras de plantio, até aposentar-se.

Para sua família a educação formal seria suficiente apenas para aprender os rudimentos da linguagem e das operações matemáticas. Percebe-se uma preocupação

com esse início de escolarização nos primeiros anos, como ele conta: “Eu fui para a escola com oito anos.” Mesmo com as mudanças da cidade para o sítio, a família procura algumas alternativas para a continuidade dos estudos, arrumando um professor particular. Porém o mesmo não acontece nas histórias que se seguem.

A família de seu Obede aparenta certa indiferença quanto ao envio das crianças à educação formal. Existe, a princípio, um movimento no sentido de colocar as crianças na escola, mas nenhum esforço para mantê-las, revelando-se mesmo uma certa falta de interesse por esse período na vida das crianças, como ele nos conta: “...na escola, quando eu era pequeno, como diz o outro, eu pulei. Eu tive pouco tempo na escola. Fui na matrícula, lá no município, fui pra matrícula já tinha começado a aula. Aí eu não cheguei, cheguei e voltei, se vê malandro! (...) Cheguei e falei pra minha mãe que a professora disse que não tinha mais lugar não.”

Ao relatar essa história da matrícula, ele acrescenta que vivia fugindo de um encontro com a professora, pois a decisão de abandonar a escola foi tomada por ele à revelia dos pais. Pergunto a ele se a família não procurou saber a verdade sobre o que contou, se os pais não foram à escola para saber a respeito da vaga, ao que seu Obede responde: “Ah! naquele tempo não tinha isso não, dele saber, nem nada, e morava longe também, morava no sítio, a escola era no comércio; no arraial ainda nem comércio não era.”

O episódio expõe a deliberação da criança em abandonar a escola, tendo concluído somente a primeira série. Os pais não fazem nenhum movimento em relação ao problema, não procuram a escola, nem questionam sobre a vaga, aceitando passivamente o que a criança contou. O abandono da escola não se constituiu problema para essa família, que também tem todos os filhos envolvidos na agricultura e nos trabalhos domésticos. Seu Obede trabalhou na agricultura e na pecuária por muitos anos; depois, ao migrar de um estado para outro, se dedicou à construção civil e foi pedreiro, até aposentar-se.

Há, finalmente, a história de dona Maria Helena (50 anos), que aparenta uma completa indiferença ao conhecimento formal aprendido na escola, para onde seus pais não tiveram nenhuma preocupação em enviar seus filhos. A lembrança dela com relação a essa questão revela completo descaso, como nos conta: “...ninguém estudava, ninguém era registrado, ninguém ligava para nada, era só aquilo! Fiquei no colégio só um mês, com nove pra dez anos... Então, meu pai morreu e voltemo pro mato; aí, depois a gente ficou lá, foi a época da colheita, né!”

Posteriormente a esse período, dona Maria Helena só voltou para a cidade depois dos doze anos, quando aprendeu os mínimos conhecimentos, como ela mesma diz: “...eu aprendi a ler depois que a gente veio para a cidade; a gente aprendeu mas foi muito pouco, não deu para continuar. Muitas vez hoje em dia mal e mal assino o nome, escrevo alguma coisa, mas assim de saber... Eu embaraço muito as coisas, leio mas é muito pouco”. Dona Maria Helena não estudou, mas foi a única das pessoas entrevistadas que não se aposentou e trabalhava numa escola de educação infantil e ensino fundamental. Na escola seu trabalho era na cozinha, como merendeira.

A experiência de todos aqueles que estiveram por um determinado tempo na escola, aparentemente se associa à concepção da família. Para quem estudou por pouco tempo esse fato se liga a uma preocupação mais imediata com o trabalho. Mas um outro fator decisivo se refere à falta de condições físicas, geográficas e de acesso à escola, ainda muito presente no início do século XX.

Desse modo, tanto os dois personagens que estudaram, quanto os outros que não, todos tiveram sérias dificuldades com relação ao acesso à escolarização. Percebe-se que os personagens que estudaram foram retirados do convívio com a família, parentes, amigos e vizinhos e empreenderam mudanças para outro município (às vezes para outros estados), a fim de cumprir aquilo que era projeto dos pais para a vida das crianças. Nos relatos anteriores, isso fica explícito, pois sempre se começa dizendo: “...papai queria muito que a gente estudasse... E ainda (...) meu pai tinha na cabeça que a gente tinha que estudar”, conforme o depoimento de um deles.

As crianças que foram internas nos colégios ficavam o semestre todo sem retornar para casa, devido às distâncias. Mesmo que as visitas mensais fossem liberadas, não havia possibilidade concreta de encontro com a família. Entretanto, no caso dessas famílias, segundo os personagens da história, foi um processo sofrido, mas trouxe benefícios futuros, pelo menos no campo profissional. Dona Terezinha reconhece o esforço dos pais e diz: “O meu pai teve uma coisa muito boa, de pôr nós para estudarmos; por isso, se hoje eu sou o que sou, foi a essa batalha que meu pai teve. Custasse o que custasse, eu tinha que estudar, meu irmão tinha que estudar. Ele comeu o pão que o diabo amassou, mas ele conseguiu estudar nós dois.”

Essa tendência em acreditar na educação como “salvação” e possibilidade futura de ascensão social é muito presente no discurso das pessoas entrevistadas, especialmente no instante do depoimento, quando falam de sua experiência. Tanto os que tiveram acesso à educação formal quanto os que não tiveram são unânimes em dizer que fizeram o possível para que seus filhos estudassem. Seu Obede é um dos que menos tempo ficou na escola; mas, ao falar da educação dos filhos, diz: “...eu não tive estudo, eu estudei pouco, meus filhos foram tudo para a escola”, acreditando que assim eles teriam uma vida melhor, um trabalho mais qualificado e melhores alternativas profissionais – diferentemente do que eles conseguiram realizar.

Outro aspecto que também envolve essa discussão se refere ao tempo de permanência na escola. Por que algumas crianças ficaram e concluíram os estudos e as outras, que são a maioria, não? Algumas das prováveis razões já foram apontadas à luz dos próprios relatos, estando entre elas difícil acesso, a falta de escolas de ensino fundamental, o desinteresse da família e o envolvimento precoce da criança no trabalho, motivo bastante significativo para todos.

A maioria das crianças tem sua iniciação no trabalho – da casa ou no campo – por volta dos sete anos, como nos conta dona Maria Helena: “...a gente trabalhava desde pequeno, lá não tinha esse negócio de ficar mais grandinho não! Pegou um tamainho

de sete anos, já ia para a roça, já ia trabalhar, plantar arroz, feijão, de tudo que tinha de plantar, a gente já ia.”

O período dos sete anos representa um marco para a criança em diferentes épocas da história da infância. Em muitas culturas – Roma, Grécia (Esparta, principalmente) – se atribui aos sete anos o tempo para iniciação de aprendizagens e o término da infância. Considerava-se que, nesse período, a criança já havia passado o tempo mais crítico das doenças infantis e sobrevivido, podendo ser educada socialmente. (LEVIN, 1997). Nesse período a criança é capaz de comunicar-se claramente, tem domínio da palavra falada e por isso passa a fazer parte do mundo do adulto, deixando a infância para trás. (POSTMAN, 1999)

A Europa medieval envia suas crianças nos primeiros anos para serem criadas por amas e preceptores; ao retornarem, por volta dos sete anos, são inseridas socialmente, tornando-se “adultos em miniatura.” (ARIÈS, 1981). No Brasil Colonial, crianças negras e brancas, escravos e senhores brincavam e conviviam juntos até a idade de sete anos; ao completarem essa idade, o escravo era enviado para as lavouras e o sinhozinho encaminhado para a educação formal. (PRIORE, 1996). Para a Igreja Medieval, com sete anos a inocência acabava, e a criança podia ser considerada “ré de confissão”, podendo confessar pecados, passando a ter foro de adulto. (MATTOSO, 1996).

Na nossa sociedade, antes da valorização da educação infantil de 0 a 6 anos, os sete anos coincide com o início da escolarização, e a criança pode ingressar na primeira série do ensino fundamental. Entretanto, o período da infância é normatizado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1990) como sendo aquele que vai dos 0 aos 12 anos incompletos. Enfim, esse é um tempo marcante para a vida da criança e permite a ela, em diferentes períodos, uma possível inserção ao mundo do adulto. Seria a porta de entrada, o período de iniciação, que em cada tempo histórico encontra seus ritos e celebrações particulares.

Nas histórias de vida das pessoas não foi diferente. Esse período de passagem ora para uma vida de trabalho precoce, ora para a escolarização se realiza sempre com inúmeras dificuldades para cada criança.

O trabalho infantil, nessas histórias, teve diferentes facetas. A educação para o trabalho em casa, na maioria das experiências, se voltava para as tarefas do cotidiano e do trabalho realizado pela família. As atividades diárias determinavam também os papéis sociais de meninos e meninas na aprendizagem das mesmas. Os meninos acompanhavam os pais na agricultura e as meninas as mães nas tarefas domésticas; em muitos casos as meninas também trabalhavam na agricultura (antecipando, de certo modo, a dupla jornada de trabalho feminino, à qual estamos sujeitas na sociedade). Quem nos conta isso é seu Hélio: “...nós trabalhava na roça, todo mundo ia, minhas irmãs também. Como eu tinha duas irmãs, uma mais velha e uma mais nova do que eu, então, numa semana ia uma irmã prá roça, a outra ficava em casa ajudando minha mãe, e na outra semana ia a outra e a que foi ficava em casa, era assim.”

O trabalho está presente, não somente como um valor ensinado e aprendido em família, mas também como um empecilho à entrada e permanência na escola. Na maioria das experiências dos entrevistados, o trabalho agrícola se destaca. De todas as histórias, apenas dona Jair esteve mais voltada para a vida urbana e morou em cidades, não tendo, no entanto, ficado livre de também realizar o trabalho da família. Como o pai era pastor protestante e a mãe professora de escola dominical, ela conta que começou cedo a ajudar nas tarefas da igreja: "...a mamãe trabalhava muito na igreja, trabalhava com crianças, com jovens. Uma vez ela me chamou e disse: Jair, você vai ser professora. Eu falei: 'Professora, mamãe!' 'É, professora de escola dominical' Eu era pequenininha (eu sempre fui pequenininha de tamanho). Eu devia ter meus oito, nove anos, por aí. Eu fui porque não tinha gente, não tinha outro povo, era praticamente só a família do pastor. Então ela botou todo mundo para trabalhar na igreja."

Assim, todas as crianças de alguma forma estiveram envolvidas com algum tipo de trabalho, que, para a maioria, foi determinante no abandono da escola. Seu Obede comenta: "...trabalhar tinha hora, e hora de sair ia todos. Eu tinha uma enxadinha pequenininha e ponhava nas costas e ia também, tinha sete anos, ia lá também ajudar, e foi indo. Tratar porco, jogar milho pra porcada, essas coisas; depois vim prender bezerro, na hora que tinha que vim prender bezerro, sempre tinha. Criança aquele tempo sempre tava preocupada, as criança nunca ficava à toa assim, não fazer nada, sempre tinha alguma coisa para fazer."

Numa organização familiar em que todos os braços são necessários, o deslocamento da criança até a escola e o tempo utilizado para as atividades escolares poderiam ser computados como perda na manutenção da sobrevivência familiar. No caso de famílias que não viam a educação formal como investimento ou necessidade, as crianças acabavam preferindo a escola em nome de outras atividades.

Na história de dona Maria Helena, o trabalho também começa cedo e condiciona o tempo da escola. No seu relato ela afirma: "...Fiquei no colégio só um mês, com nove pra dez anos... Então, meu pai morreu e voltamo pro mato; aí, depois a gente ficou lá, foi a época da colheita, né! (...) Teve que voltar pro mato, pra trabalhar, todo mundo pro mato de novo sem estudar." Como o período era de colheita e considerando as dificuldades a enfrentar depois da morte do pai, as crianças retornaram ao campo para se envolver no trabalho e na sobrevivência da família.

A experiência de dona Maria Helena com relação ao trabalho na infância é muito interessante e significativa, pois apresenta uma relação ambígua, contraditória e tensa. Ao mesmo tempo que ela se queixa de uma certa exploração precoce, ela vê, por outro lado, como fundamental a aprendizagem, na infância, do trabalho como um valor a ser transmitido pela família. Com relação à questão, ela diz: "...Tinha horário de trabalhar, daí já para o serviço, corta cana, raspa cana, juntar as juntas de boi para colocar naquelas carroças de boi, pra trazer pra moer; milho, tinha que quebrar milho, tomar conta de tudo quanto tinha, e a gente trabalhava desde pequeno, ninguém estudava. As crianças menores ajudavam a catar milho, a debulhar o milho... Era só aquilo!" No entanto, contraditoriamente,

ela se refere ao trabalho na infância como uma herança deixada pelo pai, quando diz: “...ele só falava que tinha que aprender a trabalhar porque... como que via trabalhar, como que fazia. A gente trabalhava junto com eles na roça. Meu pai ia fazendo a cova e a gente ia plantando, o arroz, o milho, o que tinha de plantar, e isso aí ia o dia inteiro, e ia ensinando.”

Ainda discutindo a questão das histórias de permanência, temos o depoimento de seu Hélio, que também teve escolarização mínima e se voltou para o trabalho. Mas, no caso dele, houve um fator determinante que marca o término das atividades escolares. Na mudança dos pais da cidade para o sítio, não havia escola; os pais contrataram um professor particular, e as crianças iam às aulas à noite, depois do trabalho, como ele nos conta: “...a gente ia à noite, trabalhava de dia e ia à noite na escola, na casa dele [o professor]”. O aspecto interessante é que o tempo que seu Hélio ficou na escola esteve condicionado pela quantidade dos conhecimentos do professor, ou seja, ele ensinou o que sabia e depois sugeriu que os pais tirassem as crianças da escola. Assim, ele relata: “...aí o professor falou para o meu pai, eu já ensinei para eles tudo. O que eu sei eles já sabem, até o manuscrito. Aí meu pai tirou a gente da escola.”

O tempo da escola foi definido pela quantidade de conteúdos que o professor sabia e ensinou às crianças. Não teve continuidade, como ele mesmo observa: “...naquele tempo os professores de sítio ensinavam as três contas [em nenhum momento da entrevista ele se refere às quatro operações matemáticas e repete algumas vezes “as três contas”], ensinava a ler e escrever e ia até o manuscrito³. Hoje não sei se existe mais o livro manuscrito, mas a gente estudou até o manuscrito. Meu pai tirou a gente da escola, e depois eu não fui mais na escola, foi só nesse tempo.”

Além de dona Terezinha e dona Jair, os outros permaneceram pouco tempo e não retornaram à escola posteriormente. Dona Maria Helena se queixa, dizendo: “...a gente aprendeu, mas foi muito pouco, não deu para continuar”. O mesmo acontece com seu Obede, que se evadiu da escola por conta própria e nos conta que “...na escola, eu tive pouco tempo. Eu não tive estudo, eu estudei pouco.”

Finalmente, ao refletir sobre o que a escola representou para cada pessoa, é possível dizer que a educação formal teve seu espaço, foi presente e marcante na vida de cada criança. Essa presença mereceu destaque na memória seletiva de cada um e trouxe fatos e histórias significativas que estão na constituição de suas histórias de vida. Cada personagem vivenciou à sua maneira a relação com esse espaço contraditório, instigante, desafiador, desconhecido que é a escola. Com seus personagens curiosos, com suas normas, organizações, com as dificuldades de acesso e, porque não dizer?, de aprendizagem. Neste trabalho não enfocamos a figura dos professores e professoras, não

³ O manuscrito, segundo o entrevistado, era um livro escrito à mão, muito difícil de ler e por isso um dos últimos livros utilizados pelo professor para os alunos mais avançados. Depois do manuscrito, não havia mais nada a ser ensinado.

querendo com isso retirar ou minimizar sua importância nas lembranças, pois foram presenças marcantes, mas fica para um próximo texto.

Acredito que o espaço escolar é uma das primeiras experiências da criança com outros grupos de convívio social. Nesse sentido, tal espaço se constitui num momento marcante, em experiências cheias de significado, mesmo para aqueles que ficaram por pouco tempo na escola. No entanto, percebi, ao longo do trabalho e das entrevistas, que as marcas deixadas se misturam aos sentimentos de perda por não tê-la frequentado por mais tempo, e há mesmo um sentimento de vitória na palavra daqueles que vivenciaram a percepção da escola como possibilidade ou alternativa de um futuro melhor.

Contudo, independentemente do juízo de valor que cada um fez e faz sobre esse espaço, acredito ser de fundamental importância refletir sobre o que ele pode estar representando e sendo na educação e formação para as nossas crianças. E o que ficará como seleção da memória para que elas possam contar às gerações futuras. Afinal, essa história não termina, como os contos infantis, com um *foram felizes para sempre* – tendo sido, porém, a história possível, construída por cada um. E que, de alguma forma, será construída também por todos nós, que somos os autores, relatores e os personagens da chamada história da educação.

Referências

ARIÈS, P. *História social da criança e da família*. Trad. Dora Flaksman. 2.ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1981.

BOSI, E. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. 3.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BRASIL. Lei n. 8.069. *Estatuto da Criança e do Adolescente*. Brasília, 1990.

CATANI, D. et al. *Docência, memória e gênero: estudos sobre formação*. São Paulo: Escrituras, 1997.

_____. Estudos de história da profissão docente. In: FÁRIA FILHO, L. M. (org.). *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice – Editora Revista dos Tribunais, 1990.

LEVIN, E. *A infância em cena*. Petrópolis: Vozes, 1997.

LOURO, G. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis: Vozes, 1997.

_____. Mulheres na sala de aula. In: PRIORE, M. D. (org.). *História das mulheres no Brasil*. 2.ed. São Paulo: Contexto, 1997.

MATTOSO, K. Q. de. O filho da escrava. In: PRIORE, M. D. (org.). *História da criança no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1996.

OLIVEIRA, M. C. S. *Lembranças de infância: que história é esta?* Piracicaba, 1999. Dissertação de Mestrado. Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP), 1999.

PORTELLI, A. *A morte de Luigi Trustulli e outras histórias*. Trad. Maria Therezinha Janine Ribeiro, 1979 (mimeo).

POSTMAN, N. *O desaparecimento da infância*. Tradução: Suzana Menescal de A. Carvalho e José Laurenio de Melo. Rio de Janeiro: Graphia, 1999.

PRIORE, M. D. (org.). *História das mulheres no Brasil*. 2.ed. São Paulo: Contexto, 1997.

_____. *História da criança no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1996.

TAMBARA, E. Profissionalização, escola normal e feminização: magistério sul-riograndense em instrução pública no século XIX. *Revista História da Educação*. Pelotas, v. 2, n. 3, 1998.

TANURI, L. M. História da formação de professores. *Revista Brasileira de Educação/ANPED*, v.14, maio/ago. 2000.

THOMPSON, P. *A voz do passado: história oral*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

VIEIRA, M.; PEIXOTO, M.; KHOURY, Y. *A pesquisa em história*. 3.ed. São Paulo: Ática, 1995.